

SUMÁRIO

PARTE I - DECRETO Nº 6.170/2007 E PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº127/2008 COM ALTERAÇÕES

1. DECRETO Nº 6.170, DE 25 DE JULHO DE 2007.....28

Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências.

Alteração: Decretos nºs 6.329, de 27.12.07; 6.428, de 14.04.08; 6.497, de 30.06.08; e 6.619, de 29.10.08.

Observação: Decreto nº 6.428, de 14.04.08 revoga o Decreto nº 6.329, de 27.12.07 e o Decreto nº 6.619, de 29.10.08 revoga o art. 5º do Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993.

DISPOSIÇÕES GERAIS (art. 1º).....	28
NORMAS DE CELEBRAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS (arts. 2º a 12).....	29
SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE - SICONV E PORTAL (art. 13).....	32
PADRONIZAÇÃO DOS OBJETOS (arts. 14 e 15).....	33
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS (arts. 16 a 20).....	33

2. PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 127, DE 29 DE MAIO DE 2008.....34

Estabelece normas para execução do disposto no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências.

Alteração: Portarias Interministeriais nºs 165, de 20.06.08; 342, de 05.11.08, 404, de 23.12.08; 268, de 25.08.09, 534, de 30.12.09 e 23 de 19.01.10.

Observação: COMUNICA SIASG nº 051233, de 31 de dezembro de 2008 e Art. 3º da Portaria Interministerial nº 342.

DISPOSIÇÕES GERAIS (arts. 1º a 4º).....	34
CHAMAMENTO PÚBLICO (art. 5º).....	39
VEDAÇÕES (art. 6º).....	40
PROTOCOLO DE INTENÇÕES (art. 7º).....	41
PLURIANUALIDADE (art. 8º).....	41
CONSÓRCIO PÚBLICO (arts. 9º a 11).....	41
CREDENCIAMENTO, PROPOSIÇÃO E CADASTRAMENTO (arts. 12 e 13).....	42
CREDENCIAMENTO (art. 14).....	42
PROPOSTA DE TRABALHO (arts. 15 e 16).....	42
CADASTRAMENTO (arts. 17 a 19).....	43
CONTRAPARTIDA (art. 20).....	44
PLANO DE TRABALHO (arts. 21 e 22).....	45
PROJETO BÁSICO E TERMO DE REFERÊNCIA (art. 23).....	45
CONDIÇÕES PARA CELEBRAÇÃO (arts. 24 a 28).....	46
FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO (arts. 29 e 30).....	50
ANÁLISE E ASSINATURA DO TERMO (arts. 31 e 32).....	51
PUBLICIDADE (arts. 33 a 36).....	51
ALTERAÇÃO (arts. 37 e 38).....	52
EXECUÇÃO (arts. 39 a 41).....	52
LIBERAÇÃO DOS RECURSOS (arts. 42 e 43).....	53
CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS (art. 44).....	54
CONTRATAÇÃO POR ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS (arts. 45 a 48).....	54
CONTRATAÇÃO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (art. 49).....	56
PAGAMENTOS (art. 50).....	56
ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO (arts. 51 a 55).....	57
PRESTAÇÃO DE CONTAS (arts. 56 a 60).....	59
DENÚNCIA E RESCISÃO (arts. 61 e 62).....	60
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL (arts. 63 a 65).....	61
PADRONIZAÇÃO DOS OBJETOS (art. 66).....	62
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS (arts. 67 a 76).....	63

PARTE II - CONSTITUIÇÃO FEDERAL, LEIS, DECRETOS, PORTARIAS, INSTRUÇÕES E ORIENTAÇÕES NORMATIVAS (Principais dispositivos e notas do autor)

1. CONSTITUIÇÃO

1.1. CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988	66
--------------------------------------	----

2. LEI COMPLEMENTAR

2.1. LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 (MICROEMPRESA)	72
<i>Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.</i>	
2.2. LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000 (RESPONSABILIDADE FISCAL)	77
<i>Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.</i>	

3. LEIS

3.1. LEI Nº 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010 (LDO)	95
<i>Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011 e dá outras providências.</i>	
3.2. LEI Nº 12.219, DE 31 DE MARÇO DE 2010	116
<i>Altera o art. 73 da Lei nº 11343, de 23 de agosto de 2006, para permitir que a União possa celebrar convênios com os Estados e o Distrito Federal visando à prevenção e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de drogas, e com os Municípios com o objetivo de prevenir o seu uso indevido, e possibilitar a atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas.</i>	
3.3. LEI Nº 12.017, DE 12 DE AGOSTO DE 2009 (LDO)	117
<i>Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências.</i>	
3.4. LEI Nº 11.960, DE 29 DE JUNHO DE 2009 (LIBERAÇÕES FINANCEIRAS)	129
<i>Altera e acresce dispositivos às Leis nºs 9.639, de 25 de maio de 1998, e 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre parcelamento de débitos de responsabilidade dos Municípios, decorrentes de contribuições sociais.</i>	
3.5. LEI Nº 11.945, DE 4 DE JUNHO DE 2009 (TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA)	130
<i>Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.</i>	
3.6. LEI Nº 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005 (CONSÓRCIO PÚBLICO)	132
<i>Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.</i>	
3.7. LEI Nº 10.973, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004 (INCENTIVO A C&T)	139
<i>Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.</i>	
3.8. LEI Nº 10.522, DE 19 DE JULHO DE 2002 (CADIN)	147
<i>Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências – CADIN.</i>	
3.9. LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002 (PREGÃO)	162
<i>Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.</i>	
3.10. LEI Nº 10.180, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2001 (GESTÃO DE CONVÊNIOS)	167
<i>Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.</i>	
3.11. LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999 (OSCIPI)	169
<i>Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.</i>	
3.12. LEI Nº 9.637, DE 15 DE MAIO DE 1998 (OS)	175

Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.

3.13. LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 (ELEIÇÕES).....	183
<i>Estabelece normas para as eleições (dispõe sobre o período de repasse de recursos).</i>	
3.14. LEI Nº 9.452, DE 20 DE MARÇO DE 1997	186
<i>Determina que as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos Municípios e dá outras providências.</i>	
3.15. LEI Nº 8.958, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1994 (FUNDAÇÃO DE APOIO)	187
<i>Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências.</i>	
3.16. LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 (LICITAÇÃO)	190
<i>Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.</i>	
3.17. LEI Nº 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992 (TCU).....	241
<i>Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.</i>	
3.18. LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992 (IMPROBIDADE).....	255
<i>Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.</i>	
3.19. LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973 (CPC).....	263
<i>Institui o Código de Processo Civil (Dispõe sobre as declarações constantes do documento particular, escrito e assinado, ou somente assinado).</i>	
3.20. LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964 (DIREITO FINANCEIRO)	265
<i>Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.</i>	

4. DECRETO-LEI

4.1. DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967	268
<i>Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.</i>	

5. DECRETOS

5.1. DECRETO Nº 6.204, DE 5 DE SETEMBRO DE 2007 (MICROEMPRESAS)	270
<i>Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da administração pública federal.</i>	
5.2. DECRETO Nº 6.017, DE 17 DE JANEIRO DE 2007 (CONSÓRCIO PÚBLICO)	274
<i>Regulamenta a Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos.</i>	
5.3. DECRETO Nº 5.563, DE 11 DE OUTUBRO DE 2005 (INCENTIVO A C&T)	288
<i>Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, e dá outras providências.</i>	
5.4. DECRETO Nº 5.504, DE 5 DE AGOSTO DE 2005 (PREGÃO).....	297
<i>Estabelece a exigência de utilização do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para entes públicos ou privados, nas contratações de bens e serviços comuns, realizadas em decorrência de transferências voluntárias de recursos públicos da União, decorrentes de convênios ou instrumentos congêneres, ou consórcios públicos.</i>	
5.5. DECRETO Nº 5.482, DE 30 DE JUNHO DE 2005	298
<i>Dispõe sobre a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da administração pública federal, por meio da Rede Mundial de Computadores - Internet.</i>	
5.6. DECRETO Nº 5.450, DE 31 DE MAIO DE 2005 (PREGÃO)	299
<i>Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.</i>	
5.7. DECRETO Nº 5.205, DE 14 DE SETEMBRO DE 2004 (FUNDAÇÃO DE APOIO).....	309
<i>Regulamenta a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio.</i>	

5.8. DECRETO Nº 3.931, DE 19 DE SETEMBRO DE 2001 (REGISTRO DE PREÇOS)	312
<i>Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.</i>	
5.9. DECRETO Nº 3.722, DE 9 DE JANEIRO DE 2001 (LICITAÇÃO)	318
<i>Regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.</i>	
5.10. DECRETO Nº 3.555, DE 8 DE AGOSTO DE 2000 (PREGÃO)	319
<i>Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.</i>	
5.11. DECRETO Nº 3.100, DE 30 DE JUNHO DE 1999 (OSCIPI)	326
<i>Regulamenta a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.</i>	
5.12. DECRETO Nº 1.819, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1996 (CONTRATO DE REPASSE)	333
<i>Disciplina as transferências de recursos da União por intermédio de instituições e agências financeiras oficiais federais e dá outras providências.</i>	
5.13. DECRETO Nº 99.509, DE 5 DE SETEMBRO DE 1990	334
<i>Veda contribuições com recursos públicos, em favor de clubes e associações de servidores ou empregados de órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências.</i>	
5.14. DECRETO Nº 93.872, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1986 (CONTA ÚNICA)	335
<i>Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências.</i>	

6. PORTARIAS

6.1. PORTARIA Nº 958, DE 17 DE MAIO DE 2010 (TCE)	346
<i>Norma de Execução destinada a orientar os órgãos e entidades jurisdicionados à Controladoria-Geral da União sobre a instrução dos processos de tomada de contas especial.</i>	
6.2. PORTARIA Nº 448, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002 (CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA)	354
<i>Divulga o detalhamento das naturezas de despesas 339030, 339036, 339039 e 449052.</i>	
6.3. PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 165, DE 20 DE JUNHO DE 2008 (SICONV)	366
<i>Dispõe sobre a Comissão Gestora do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse, de que trata o §1º, do art. 13, do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e dá outras providências.</i>	
6.4. PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 140, DE 16 DE MARÇO DE 2006	368
<i>Disciplina a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, por meio da rede mundial de computadores – internet, e dá outras providências.</i>	
6.5. PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 24, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2008 (ARQUIVAMENTO)	373
<i>Disciplina os procedimentos operacionais para o atendimento ao disposto no art. 17, do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e dá outras providências.</i>	
6.6. PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 217, DE 31 DE JULHO DE 2006 (PREGÃO)	375
<i>Dispõe sobre limites, prazos e condições para a execução do Decreto nº 5.504, de 5 de agosto de 2005.</i>	
6.7. PORTARIA STN Nº 860, 12 DE DEZEMBRO DE 2005 (CONSÓRCIO PÚBLICO)	376
<i>Dispõe sobre os demonstrativos contábeis dos consórcios públicos e administrativos.</i>	
6.8. PORTARIA INTERMINISTERIAL MEC/MCT Nº 3.185, DE 14 DE SETEMBRO DE 2004 (FUNDAÇÕES)	378
<i>Dispõe sobre o registro e o credenciamento das Fundações de Apoio no que se refere ao inciso III, do art. 2º, da Lei nº 8.958/94.</i>	

7. INSTRUÇÕES NORMATIVAS

7.1. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04/CGU, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2009 (TCA)	381
<i>Possibilita a utilização de Termo Circunstanciado Administrativo - TCA para apuração de extravio ou dano que implique em prejuízo de pequeno valor.</i>	
7.2. INSTRUÇÃO NORMATIVA - TCU Nº 56, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2007 (TCE)	383
<i>Dispõe sobre instauração e organização de processo de tomada de contas especial e dá outras providências.</i>	
7.3. INSTRUÇÃO NORMATIVA STN Nº 01, DE 17 DE OUTUBRO DE 2005 (CAUC)	387

Disciplina o cumprimento das exigências para transferências voluntárias, previstas na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, institui cadastro único e dá outras providências.

7.4. INSTRUÇÃO NORMATIVA STN Nº 01, DE 15 DE JANEIRO DE 1997 (**CONVÊNIO**)..... 389

Disciplina a celebração de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou realização de eventos e dá outras providências.

8. ORIENTAÇÕES NORMATIVAS

8.1. ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 29, DE 15 DE ABRIL DE 2010 409

Indexação: Convênio. Termo de Parceria. Oscips. Motivação da Escolha. Regime Jurídico.

8.2. ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 30, DE 15 DE ABRIL DE 2010 410

Indexação: Siconv. Dados. Fé Pública. Apresentação Física. Desnecessidade. Dúvida Fundada.

8.3. ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 31, DE 15 DE ABRIL DE 2010 410

Indexação: Convênio. Entidade Privada Sem Fins Lucrativos. Chamamento Público. Ausência. Fundamentação.

8.4. ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 32, DE 15 DE ABRIL DE 2010 411

Indexação: Convênios. Prorrogação. Aditamento. Liberação De Parcelas. CAUC. Regularidade Fiscal.

PARTE III - SÚMULAS E ACÓRDÃOS DO TCU (EXCERDOS)

1. CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS414

1.1. Chamamento público..... 414

1.2. Análise das minutas do convênio 414

1.3. Definição do objeto do convênio 414

1.4. Análise dos projetos propostos..... 415

1.5. Irregularidades na elaboração do convênio 415

1.6. Preenchimento do plano de trabalho 416

1.7. Estatuto do convenente incompatível com o convênio 416

1.8. Capacidade técnica/operacional do convenente..... 417

1.9. Interesse recíproco para firmar convênios 417

1.10. Análise detalhada dos custos 418

1.11. Registro da propriedade do imóvel..... 418

1.12. Servidor vinculado ao órgão ou entidade concedente 419

1.13. Transferência a entidades de classe para realização de eventos 419

1.14. Despesas com coquetéis, churrascos, festividades, "coffee-breaks" 419

1.15. Análise técnica e jurídica 419

1.16. Conflito de interesse 420

1.17. Implantação do SICONV 421

1.18. Celebrar convênios com pendência na prestação de contas 421

1.19. Serviço de consultoria 421

1.20. Inadimplência SIAFI/CAUC..... 421

1.21. Prorrogação de ofício..... 422

1.22. Consulta ao CAUC..... 422

1.23. Cláusulas do termo convênio - vedações 423

1.24. O que não é competência do TCU 423

1.25. Descentralização de créditos/Termos de Cooperação 424

1.26. Aplicabilidade da IN/STN nº 01/1997 424

1.27. Alterações da Portaria Interministerial 127 425

2. EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS426

2.1. Liberação parcelada 426

2.2. Desvio no objeto do convênio 426

2.3. Desvio de finalidade..... 427

2.4. Alterações do plano de trabalho	428
2.5. Localização e numeração de processos	428
2.6. Pagamentos de gratificação e consultoria - vedações	428
2.7. Pagamentos antecipados	429
2.8. Despesas após a vigência do convênio	430
2.9. Pagamento indevido de taxas bancárias	430
2.10. Movimentação dos recursos.....	430
2.11. Aplicação financeira dos recursos.....	431
2.12. Débitos indevidos de tarifas e serviços bancários.....	431
2.13. Pagamentos a título de correção monetária	431
2.14. Pagamentos a título de taxa de administração	431
2.15. Promoção pessoal realizada com recursos públicos - vedações	432
2.16. Publicidade dos recursos federais recebidos	432
2.17. Obrigação de utilização dos bens adquiridos.....	432
2.18. Eventos e cursos de capacitação - comprovação.....	433
2.19. Tombamento dos bens permanentes	433
2.20. Acompanhamento da execução.....	433
2.21. Documentos fiscais – número do convênio e rasuras	433
2.22. Contratos de repasse	433

3. EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS - LICITAÇÕES E CONTRATOS435

3.1. Empreitada por preço global.....	435
3.2. Alteração de valor nos contratos administrativos.....	435
3.3. Antecipações de pagamento.....	435
3.4. Critérios objetivos de aceitabilidade de preços unitários e global.....	435
3.5. Limites para a adesão a registros de preços	436
3.6. Especificação do objeto licitado	436
3.7. Acompanhamento e fiscalização dos contratos.....	436
3.8. Publicação dos contratos.....	436
3.9. Elaboração dos contratos administrativos.....	437
3.10. Adjudicação por item	437
3.11. Divulgação/publicidade nos editais de licitação	437
3.12. Pesquisa de Preço de Mercado.....	438
3.13. Subcontratação do objeto.....	438
3.14. Sub-rogação contratual	438
3.15. Sistema de registro de preços	439
3.16. Indicação de marcas	440
3.17. Restrições indevidas à competitividade	440
3.18. Notória especialização	440
3.19. Inexigibilidade e dispensa de licitação	441
3.20. Fracionamento de despesas	442
3.21. Licitação por itens/lotes	442
3.22. Comissão de Licitação - responsabilidades.....	443
3.23. Utilização de licitações anteriores.....	444
3.24. Homologação e adjudicação	444
3.25. Aplicação da modalidade Pregão	444
3.26. Princípios da competitividade e impessoalidade na licitação	445
3.27. Exigências além das previstas na Lei nº 8.666/93.....	445
3.28. Certificação PBQP-H e ISO.....	445
3.29. Modalidade Convite.....	446
3.30. Fiscal para acompanhamento das obras.....	446
3.31. Exigência do cadastro no SICAF.....	447
3.32. Qualificação técnica dos licitantes.....	447
3.33. Comprovante de regularidade – fiscal e social.....	447
3.34. Licitação anterior à celebração de convênios - vedação	448

3.35. Participação de empresas de servidores do ente conveniente - vedação	448
3.36. Certame do tipo "técnica e preço"	448
3.37. Detalhamento das notas fiscais	448
3.38. Decisões do TCU - alcance	449
3.39. Licitação nas fundações instituídas pelo Poder Público	449
3.40. Contratos administrativos - vigência	449
3.41. Taxa de bonificação e despesas indiretas – BDI	449
3.42. Ausência de segregação de função	449
3.43. Contratação emergencial	450
4. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS	451
4.1. Auditoria em convênios – enfoque do TCU	451
4.2. Fragilidades no acompanhamento	451
4.3. Ausência de fiscalização dos atos dos subordinados	451
4.4. Obrigatoriedade da fiscalização	452
4.5. TCU - atribuições	453
4.6. Responsabilidade Solidária	453
4.7. Sistema de Gestão de Convênios e Contrato de Repasse (SICONV)	453
4.8. Critérios de seleção de amostra	454
4.9. Melhores condições de trabalho das equipes	454
4.10. Relatórios de visitas técnicas	454
4.11. TCU - encaminhamento de relatório	455
4.12. Cursos de capacitação	455
4.13. Suspensão da transferência de recursos	455
4.14. Funcionário qualificado	455
4.15. Obras – necessidade de anotação de responsabilidade técnica	456
5. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS	456
5.1. Prazo para apresentação	456
5.2. Análise das prestações de contas	457
5.3. Prestação de contas inverídica	457
5.4. Indícios de irregularidades	458
5.5. Não utilização/devolução dos recursos e contrapartida	458
5.6. A quem cabe comprovar a boa e regular aplicação	459
5.7. Execução parcial do objeto pactuado	459
5.8. Declaração de terceiros e apresentação de fotos	460
5.9. Responsabilidade na emissão de parecer técnico	460
5.10. Notas Fiscais	460
5.11. Comprovação dos serviços de treinamento	461
5.12. Princípio de segregação de funções	461
5.13. Conciliação Bancária	461
5.14. Análise dos subconvênios	462
5.15. Nexos de causalidade entre as despesas declaradas e os recursos repassados	462
5.16. Destinação dos bens após a vigência do convênio	463
5.17. Guarda de documentação	463
5.18. Capacitação dos funcionários	463
5.19. Prazo para análise da prestação de contas	463
5.20. Parcelamento de débitos	463
5.21. Reanálise da prestação de contas	464
5.22. Devolução do processo de prestação de contas	464
5.23. Suspensão da inadimplência	464
5.24. Extravio da prestação de contas	464
5.25. Registro no SIAFI	464
5.26. Comunicação de falha ao TCU	465
5.27. Aplicação da PI 127/08 e IN/STN 01/97	465
5.28. Documentos obrigatórios em obras	465

6. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL.....	465
6.1. Pressuposto da instauração	465
6.2. Prescrição	466
6.3. Suspensão da inadimplência	466
6.4. Responsabilidade solidária da ausência de instauração.....	467
6.5. Responsabilidade do prefeito sucessor	467
6.6. Detalhamento dos valores imputados	467
6.7. Competências para instauração	467
6.8. Valor mínimo para instauração.....	468
6.9. Rol de responsáveis	468
6.10. Parcelamento de débitos.....	468
6.11. Atualização Monetária dos débitos imputados	469
6.12. Dano causado por pessoa estranha ao serviço público - procedimento.....	469
6.13. Aplicação de Multas	469
6.14. Baixa na responsabilidade do servidor.....	469
6.15. Suposto sobrepreço	469
7. INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - IFES	470
7.1. Novas regras impostas pelo Acórdão 2731/2008.....	470
7.2. Prorrogação do prazo estipulado no Acórdão nº 2731/2008	472
7.3. Principais dispositivos	472
7.4. Condições para celebração e repasse de recursos	473
7.5. Licitações – exigências.....	473
7.6. Dispensa de licitação - contratação	474
7.7. Prestação de contas - mecanismos eficazes	474
7.8. Projetos relacionados com ensino, pesquisa e extensão.....	475
7.9. Repasse dos recursos financeiros no final do exercício	475
7.10. Contratos com embasamento legal inadequado.....	475
7.11. Análise das prestações de contas	476
7.12. Segregação de funções e responsabilidades.....	476
7.13. Nepotismo	477
7.14. Especificação dos serviços a serem prestados	477
7.15. Contratações de acordo com a Lei 8.666/93 e Decreto 5.205/2004	477
7.16. Firmar convênio para suprir carência de pessoal	477
7.17. Despesas sem dotação orçamentária	478
7.18. Sobras dos recursos repassados às fundações de apoio	478
7.19. Capacitação em convênio	478
7.20. Controle dos atos praticados pelas fundações de apoio	478
8. ORGANIZAÇÕES DO SISTEMA "S"	479
8.1. Normas e regulamentos específicos de suas unidades	479
8.2. Repasse de recursos somente por meio de convênios	480
8.3. Contrapartida - normas e regulamentos próprios de gestão	480
8.4. Licitações e Contratos - obrigações	481
8.5. Gestão de convênios - diretrizes e procedimentos	482
8.6. Termos aditivos	483
8.7. Acompanhamento dos convênios	483
8.8. Prestação de contas.....	483
8.9. Subcontratação	483
9. ONG - OSCIP - OS	484
9.1. Critérios para seleção de entidades sem fins lucrativos.....	484
9.2. Conceituação de ONG	484
9.3. Critérios para aprovação dos projetos	485

9.4. Irregularidades nos procedimentos licitatórios.....	485
9.5. Termos de parceria	486
9.6. Convênios com entidade sem fins lucrativos.....	487

PARTE IV - CONCEITOS BÁSICOS

CONCEITOS.....	490
----------------	-----

PARTE V - CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DOS CURSOS PROMOVIDOS PELA ORZIL

Operacionalização do SICONV (I)	504
Fiscalização e Acompanhamento de Convênios	507
Elaboração e Análise de Projetos de Convênios	509
Operacionalização do SICONV (II)	513
Como Responder a Diligências e Notificações dos Órgãos de Controle (TCU e CGU)	516
Entendendo a Nova Legislação de Convênios.....	519
Análise de Nota Fiscal e Tributos Federais.....	522
Entendendo as OSCIPs, ONGs, OSs, Fundações e Autarquias	525
Lei de Responsabilidade Fiscal	528
Jurisprudência de Convênios	530
Elaboração e Análise de Termo de Cooperação, de Parceria e de Convênio.....	533
Elaboração e Análise de Prestação de Contas de Convênios.....	536
Formação de Gestores de Convênios.....	539
Formação de Multiplicadores de Aprendizagem em Convênios	541
Tomada de Contas Especial de Convênios.....	543

PARTE VI - ATUALIZAÇÕES

ATUALIZE O SEU LIVRO.....	547
---------------------------	-----

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS.....	557
------------------	-----